AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID DIVERSIDADE PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO RIBEIRINHA.

Autora :Hanna Tourinho- Centro universitário Fibra

Coautores: Ilma Veiga-Centro universitário Fibra

Giany de Souza- Centro universitário Fibra

Dinamara de castro- Centro universitário Fibra

Professor orientador Jenijunio dos Santos- Centro universitário Fibra

Hanna Caroline Tourinho de Paiva

Belém do Pará-Brasil

Hannatourinho3@gmail.com

RESUMO- O presente estudo teve como objetivo geral analisar as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para o fortalecimento das práticas de alfabetização na Escola Santo Antônio, localizada na Ilha do Combu, em Belém, considerando as especificidades da educação ribeirinha amazônica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada em produções científicas que discutem alfabetização, formação docente, políticas públicas educacionais e territorialidade amazônica. A análise concentrou-se na identificação dos desafios estruturais, socioculturais e pedagógicos presentes em contextos ribeirinhos, bem como na compreensão do papel do PIBID na articulação entre universidade e escola básica. A discussão evidenciou que o programa favorece o planejamento colaborativo entre bolsistas e professores supervisores, estimula práticas reflexivas e contribui para a implementação de metodologias contextualizadas, alinhadas à realidade da comunidade. Observou-se que a integração entre currículo formal e saberes locais fortalece o processo de letramento, tornando-o mais significativo para os estudantes. Conclui-se que o PIBID pode atuar como instrumento relevante para a qualificação da alfabetização em contextos ribeirinhos, ao promover aproximação entre formação inicial docente e prática pedagógica situada, contribuindo para maior equidade educacional na região amazônica.

Palavras-Chave: PIBID; alfabetização; território ribeirinho; formação docente

1 INTRODUÇÃO

A educação ribeirinha na Amazônia apresenta especificidades socioculturais, geográficas e pedagógicas que impactam diretamente os processos de alfabetização. A Ilha do

Combu, localizada em Belém, caracteriza-se por sua organização comunitária tradicional, acesso predominantemente fluvial e forte vínculo com saberes locais. Nesse contexto, a Escola Santo Antônio enfrenta desafios estruturais, como dificuldades de transporte, recursos didáticos limitados e formação docente voltada para realidades urbanas. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) surge como uma política pública estratégica para fortalecer a formação inicial de professores e promover intervenções pedagógicas contextualizadas, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa crucial para a alfabetização.

Diante dessa realidade, formula-se a seguinte pergunta-problema: De que forma o PIBID pode contribuir para o fortalecimento das práticas de alfabetização na Escola Santo Antônio, considerando as especificidades da educação ribeirinha na Ilha do Combu? Parte-se da hipótese de que a inserção de bolsistas do PIBID, aliada a práticas pedagógicas contextualizadas e articuladas com a cultura local, potencializa o processo de alfabetização ao promover metodologias mais significativas, colaborativas e alinhadas à realidade dos estudantes ribeirinhos.

O objetivo geral deste estudo é analisar, à luz da literatura científica, as contribuições do PIBID para o processo de alfabetização em contextos de educação ribeirinha. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) identificar os principais desafios da alfabetização em escolas ribeirinhas amazônicas; (2) compreender o papel do PIBID na formação docente e na implementação de práticas pedagógicas inovadoras; e (3) discutir estratégias metodológicas que integrem saberes locais e currículo formal no processo de alfabetização.

A justificativa do estudo fundamenta-se na relevância social e educacional da temática, considerando que comunidades ribeirinhas historicamente enfrentam desigualdades no acesso e na permanência escolar. Investigar o PIBID como ferramenta de apoio à alfabetização contribui para o debate sobre políticas públicas de formação docente e educação do campo e das águas, além de oferecer subsídios teóricos para aprimorar práticas pedagógicas em contextos geograficamente isolados. A pesquisa também reforça a importância de valorizar identidades culturais locais como elemento estruturante do processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à metodologia, o estudo adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e analítico, articulando revisão bibliográfica e relato de experiência. Além da análise teórica, o trabalho incorpora a descrição das atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), realizadas na Escola Santo Antônio, localizada na Ilha do Combu, em Belém. As práticas envolveram intervenções voltadas ao processo de alfabetização, incluindo avaliação diagnóstica, uso de alfabeto móvel,

silabário móvel, reconhecimento de palavras, leitura de frases, ditado reflexivo, atividades de consciência fonológica e leitura de textos simples. Tais atividades foram fundamentadas nos pressupostos da psicogênese da língua escrita (Ferreiro & Teberosky, 1985) e nas concepções de alfabetização e letramento (Soares, 2003), assegurando coerência entre embasamento teórico e prática pedagógica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Desafios da alfabetização na educação ribeirinha amazônica

A alfabetização em contextos ribeirinhos amazônicos exige compreensão ampliada das dinâmicas territoriais que estruturam o cotidiano das comunidades. O acesso predominantemente fluvial, a dependência das marés e a sazonalidade interferem na frequência escolar e na organização do calendário letivo. Sob tais condições, a escola deixa de ser apenas um espaço formal de ensino para tornar-se núcleo de sociabilidade comunitária. Ribeiro e Oliveira (2024) observam que as desigualdades territoriais impactam diretamente a equidade educacional, especialmente em regiões historicamente marginalizadas.

No caso da Ilha do Combu, pertencente ao município de Belém, o deslocamento por embarcações e as variações climáticas influenciam o ritmo das atividades escolares. A regularidade do processo alfabetizador, que pressupõe continuidade e sistematicidade, sofre interferências decorrentes dessas condições geográficas. Não se trata apenas de barreiras físicas, mas de um contexto que exige reorganização metodológica e curricular. Assim, a alfabetização não pode ser pensada a partir de parâmetros exclusivamente urbanos.

Além do território, os saberes tradicionais exercem papel estruturante na constituição da linguagem. A cultura ribeirinha, marcada por práticas de pesca, agricultura familiar e forte oralidade, influencia a forma como a criança se apropria da escrita. Silva *et al*. (2024) demonstram que atividades lúdicas vinculadas ao cotidiano local favorecem o desenvolvimento infantil, reforçando que aprendizagem significativa emerge quando há conexão entre experiência e conteúdo escolar.

A oralidade, elemento central nas comunidades amazônicas, antecede e sustenta o processo de letramento. A transição da linguagem oral para a escrita demanda mediação sensível às narrativas culturais da comunidade. Carvalho *et al*. (2025), ao discutirem neurociência e alfabetização, defendem que o desenvolvimento cognitivo ocorre de forma mais consistente quando os estímulos dialogam com repertórios prévios. Em contextos ribeirinhos,

ignorar tais repertórios pode fragilizar o processo alfabetizador.

Sob outra perspectiva, Silva (2024) argumenta que a alfabetização científica deve incentivar pensamento crítico desde os primeiros anos escolares. Quando articulada aos saberes locais — como o conhecimento sobre ciclos da natureza e biodiversidade —, a alfabetização amplia-se para além da codificação da escrita, tornando-se prática social contextualizada. Desse modo, o território deixa de ser obstáculo e passa a constituir recurso pedagógico.

Entretanto, as políticas educacionais nem sempre contemplam essas especificidades. A avaliação multiescala da Política Nacional de Educação Escolar Indígena realizada por Silva *et al*. (2024) revela que diretrizes nacionais frequentemente enfrentam dificuldades de implementação em territórios tradicionais. Ainda que o estudo trate da educação indígena, suas conclusões dialogam com a realidade ribeirinha, especialmente no que concerne à adequação curricular.

A construção da linguagem escrita, portanto, não ocorre em vazio cultural. Ela se estrutura na interação entre práticas sociais e exigências escolares. Correia (2025) destaca que inclusão educacional implica reconhecer contextos diferenciados de aprendizagem. No ambiente amazônico, tal reconhecimento exige integração entre currículo formal e identidade comunitária.

Assim, compreender as especificidades da Ilha do Combu significa admitir que alfabetização e território são dimensões indissociáveis. A escola ribeirinha enfrenta desafios próprios, mas também dispõe de potencialidades pedagógicas que podem ser exploradas. A literatura indica que, quando o contexto sociocultural é incorporado ao planejamento didático, o processo alfabetizador tende a tornar-se mais consistente e significativo.

2.2 Barreiras estruturais e pedagógicas no processo de alfabetização

As limitações estruturais constituem um dos principais entraves à alfabetização em escolas ribeirinhas. Infraestrutura física reduzida, acesso restrito a materiais didáticos e conectividade instável comprometem a diversificação de estratégias pedagógicas. Rocha *et al*. (2025) demonstram que a acessibilidade educacional depende não apenas de políticas inclusivas, mas também de condições materiais adequadas.

Além da estrutura física, a inserção de tecnologias no currículo enfrenta resistências e dificuldades operacionais. Ferreira (2025a) observa que docentes frequentemente encontram barreiras institucionais e formativas ao integrar recursos digitais ao planejamento escolar. Em regiões isoladas, essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes, limitando a exploração de

metodologias inovadoras.

Mendes *et al*. (2024) defendem que a articulação entre tecnologias e metodologias ativas potencializa o engajamento discente. Contudo, essa integração requer suporte técnico e formação continuada. Sem tais condições, a tecnologia pode assumir caráter meramente instrumental, sem impacto real na alfabetização.

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente. Mungo *et al*. (2024) apontam que professores do ensino fundamental frequentemente relatam dificuldades em atender demandas específicas de contextos inclusivos. Em escolas ribeirinhas, tais demandas são ampliadas pelas condições territoriais e culturais.

A adequação curricular constitui igualmente desafio recorrente. Tomé e Santos (2020) discutem a necessidade de flexibilização curricular diante das transformações digitais e sociais. Em territórios amazônicos, tal flexibilização deve considerar as especificidades do campo e das águas, evitando padronizações excessivas.

Ferreira (2025b) acrescenta que a inserção de tecnologias no currículo exige revisão das práticas tradicionais. A resistência docente, em certa medida, decorre de lacunas formativas e ausência de suporte institucional. Assim, a inovação pedagógica depende de políticas articuladas de formação e infraestrutura.

Sob outro enfoque, Abiorana *et al*. (2025) indicam que estratégias gamificadas podem favorecer inclusão e engajamento. No entanto, sua aplicação em contextos ribeirinhos demanda adaptações às condições locais. Não se trata de transpor modelos urbanos, mas de reinterpretá-los à luz da realidade amazônica.

Portanto, as barreiras estruturais e pedagógicas configuram cenário complexo. A alfabetização ribeirinha exige articulação entre infraestrutura, formação docente e adequação curricular. A literatura converge ao indicar que a superação desses desafios depende de políticas públicas integradas e contextualizadas.

2.3 O PIBID como política pública de formação docente e intervenção pedagógica

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) configura-se como política estratégica de articulação entre universidade e escola básica. Ao inserir licenciandos no cotidiano escolar, o programa promove aproximação entre teoria acadêmica e prática pedagógica. Oliveira, Rezende e Carneiro (2021) destacam que tal vivência favorece compreensão mais concreta das dinâmicas escolares.

A formação inicial, quando restrita ao ambiente universitário, tende a limitar-se ao plano

teórico. O PIBID amplia esse horizonte ao possibilitar atuação supervisionada em contextos reais de ensino. Nesse processo, o licenciando passa a confrontar concepções pedagógicas com desafios concretos da sala de aula.

Oliveira *et al*. (2021) ressaltam que a experiência no PIBID contribui para construção de identidade profissional docente. A reflexão sobre práticas vivenciadas fortalece postura crítica e investigativa, especialmente quando há acompanhamento sistemático de supervisores.

A integração entre teoria e prática revela-se particularmente relevante em contextos ribeirinhos. Ao vivenciar a realidade da escola da Ilha do Combu, o bolsista compreende as especificidades territoriais e culturais que atravessam o processo alfabetizador. Essa imersão favorece elaboração de propostas mais contextualizadas.

Moura (2025) argumenta que inovação tecnológica na educação exige formação docente sensível às transformações sociais. O PIBID, ao estimular experimentação pedagógica, pode favorecer uso crítico de recursos didáticos, inclusive em contextos de limitações estruturais.

A prática reflexiva constitui outro eixo central do programa. Inspirados em perspectivas formativas contemporâneas, os licenciandos aprendem a analisar suas próprias intervenções pedagógicas. Tal movimento contribui para aperfeiçoamento contínuo das estratégias de alfabetização.

Ribeiro e Oliveira (2024) observam que a equidade educacional depende de políticas que reduzam distâncias entre formação acadêmica e realidade escolar. O PIBID, nesse sentido, atua como mecanismo de aproximação institucional, fortalecendo vínculos colaborativos.

Assim, o programa não apenas qualifica a formação inicial, mas também impacta a escola básica. Em contextos ribeirinhos, sua atuação pode contribuir para elaboração de práticas alfabetizadoras mais sensíveis às especificidades locais, articulando saber acadêmico e experiência comunitária.

2.4 Impactos Do Pibid Nas Práticas De Alfabetização

A atuação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nas escolas públicas tem produzido efeitos que ultrapassam a formação inicial, alcançando diretamente as práticas pedagógicas. Ao inserir licenciandos no cotidiano escolar, o programa favorece o planejamento colaborativo entre bolsistas e professores supervisores. Essa interação promove troca de saberes e revisão de estratégias didáticas, sobretudo em contextos específicos como o ribeirinho, onde a realidade territorial impõe adaptações constantes.

O planejamento conjunto possibilita análise mais sensível das condições locais. Estudos

sobre territórios rurais remotos na Amazônia, como o de Fausto *et al*. (2022), evidenciam que intervenções eficazes dependem de organização articulada e estratégias contextualizadas. Embora o estudo trate da saúde, suas conclusões dialogam com a educação ao destacar que políticas públicas precisam considerar as especificidades territoriais para alcançar efetividade.

A colaboração entre universidade e escola também contribui para superar práticas isoladas. Ao compartilhar experiências, os docentes ampliam repertórios metodológicos e revisitam concepções sobre alfabetização. Monteiro, Fernandez e Tedesco (2023) defendem que a formação de leitores proficientes exige estratégias sistemáticas e intencionalidade pedagógica, elementos que podem ser fortalecidos no âmbito do PIBID.

Em contextos ribeirinhos, o planejamento colaborativo permite integrar conhecimentos acadêmicos às vivências comunitárias. Castro e Araújo (2020) demonstram que o saber nas comunidades ribeirinhas é construído a partir da relação com o rio e com o território. Quando bolsistas reconhecem essas representações sociais, a alfabetização tende a tornar-se prática mais situada e significativa.

Além do planejamento, o PIBID estimula inovação metodológica. A vivência supervisionada favorece experimentação de propostas interdisciplinares e uso de recursos diversificados. Andrade *et al*. (2021) apontam que ações em territórios ribeirinhos demandam criatividade e adaptação às condições logísticas. Transpondo essa reflexão para a educação, percebe-se que metodologias flexíveis são indispensáveis.

A inovação não se restringe à introdução de tecnologias, mas inclui reorganização das práticas de leitura e escrita. Monteiro *et al*. (2023) argumentam que a leitura literária deve dialogar com o contexto social do aluno. No ambiente da Ilha do Combu, tal diálogo implica incorporar narrativas e experiências locais ao processo alfabetizador.

O fortalecimento do ensino-aprendizagem decorre, em parte, dessa articulação entre reflexão e prática. Quando bolsistas e supervisores analisam resultados das intervenções, constroem repertório pedagógico mais consistente. Fausto *et al*. (2022) ressaltam que políticas sustentáveis em territórios remotos dependem de monitoramento contínuo, princípio que pode ser aplicado à prática docente.

Assim, os impactos do PIBID nas práticas de alfabetização manifestam-se tanto na dimensão formativa quanto na pedagógica. O planejamento colaborativo e a inovação metodológica ampliam possibilidades de atuação na escola ribeirinha, contribuindo para um processo de alfabetização mais contextualizado e reflexivo.

2.5 Integração entre currículo formal e saberes locais

A integração entre currículo formal e saberes locais constitui eixo central da alfabetização em contextos ribeirinhos. O território amazônico organiza modos de vida que influenciam diretamente a construção da linguagem. Castro e Araújo (2020) destacam que o conhecimento ribeirinho emerge da relação com o rio e com as práticas comunitárias, o que desafia modelos curriculares padronizados.

A valorização da cultura ribeirinha no letramento implica reconhecer narrativas, expressões e experiências próprias da comunidade. Em vez de impor conteúdos descontextualizados, a escola pode utilizar histórias locais, vocabulários regionais e práticas cotidianas como ponto de partida para a alfabetização. Essa estratégia favorece identificação do aluno com o processo de aprendizagem.

Estudos sobre populações ribeirinhas evidenciam que o acesso a serviços básicos é mediado pelo território. Sousa e Cortes (2024) demonstram que o transporte fluvial impacta o acesso à saúde nas hidrovias amazônicas. Analogamente, o acesso à escola e aos materiais didáticos também é condicionado pela geografia, reforçando a necessidade de currículo sensível às condições locais.

A produção de materiais didáticos contextualizados representa estratégia concreta de integração curricular. Monteiro *et al*. (2023) defendem que a formação de leitores se fortalece quando os textos dialogam com a realidade do estudante. No contexto da Ilha do Combu, isso pode significar utilizar narrativas sobre o rio, a pesca ou a floresta como instrumentos de letramento.

Maia *et al*. (2023), ao discutirem saúde infantil em populações ribeirinhas e quilombolas, ressaltam a importância de considerar práticas culturais na elaboração de políticas públicas. Embora o foco seja a saúde, a reflexão é pertinente à educação: intervenções eficazes demandam reconhecimento das especificidades culturais.

A integração curricular também contribui para fortalecimento da identidade comunitária. Quando a escola valoriza saberes locais, promove reconhecimento social e cultural dos estudantes. Essa valorização pode ampliar engajamento e reduzir evasão, sobretudo em contextos onde a escola compete com demandas do trabalho familiar.

Entretanto, tal integração requer equilíbrio entre conhecimento científico e saber tradicional. O currículo formal não deve ser substituído, mas reinterpretado à luz do contexto.

Fausto *et al*. (2022) indicam que políticas sustentáveis em territórios remotos dependem de articulação entre saber técnico e conhecimento comunitário.

Portanto, integrar currículo e saberes locais não significa fragmentar conteúdos, mas ressignificá-los. Na alfabetização ribeirinha, essa integração pode fortalecer a aprendizagem e tornar o processo educativo mais coerente com a vivência da comunidade.

2.6 Metodologias ativas e práticas significativas na alfabetização

As metodologias ativas têm sido apontadas como estratégias capazes de ampliar protagonismo discente. Em contextos ribeirinhos, tais abordagens podem assumir caráter ainda mais relevante, pois permitem vincular aprendizagem às experiências cotidianas. Projetos interdisciplinares que abordem o rio, a floresta ou o ciclo das águas tendem a mobilizar interesse dos estudantes.

A vivência comunitária pode servir de eixo estruturador das atividades pedagógicas. Castro e Araújo (2020) ressaltam que o conhecimento ribeirinho está intrinsecamente ligado ao ambiente natural. Incorporar essa dimensão ao planejamento escolar significa reconhecer alfabetização como prática social situada.

Monteiro *et al*. (2023) defendem que a leitura literária deve promover reflexão crítica. Quando associada a projetos interdisciplinares, a leitura pode articular conteúdos de língua portuguesa, ciências e estudos sociais, favorecendo aprendizagem integrada. Na Ilha do Combu, isso pode ocorrer por meio de narrativas sobre a biodiversidade local.

A alfabetização como prática social pressupõe participação ativa do estudante na construção do conhecimento. Fausto *et al*. (2022) argumentam que políticas públicas em territórios remotos precisam considerar estratégias adaptadas às realidades locais. Essa lógica pode ser aplicada às metodologias ativas, que devem respeitar ritmos e condições da comunidade.

Sousa e Cortes (2024) destacam que o deslocamento fluvial impõe desafios à regularidade dos serviços. Analogamente, a prática pedagógica precisa ser flexível diante das condições ambientais. Metodologias ativas permitem reorganização do tempo e das atividades, ajustando-se à sazonalidade.

Maia *et al*. (2023) enfatizam que práticas culturais influenciam desenvolvimento infantil. Projetos pedagógicos que dialoguem com essas práticas podem fortalecer a alfabetização, pois vinculam leitura e escrita às experiências familiares.

Além disso, Andrade *et al*. (2021) demonstram que intervenções em áreas ribeirinhas

exigem abordagem territorializada. A escola, ao adotar metodologias ativas, pode construir projetos que envolvam comunidade, ampliando sentido social da aprendizagem.

Desse modo, metodologias ativas e práticas significativas não constituem apenas inovação pedagógica, mas estratégia de contextualização. Na alfabetização ribeirinha, tais abordagens contribuem para articular escola e comunidade, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem.

3 CONCLUSÃO

A presente investigação permitiu analisar, à luz da revisão bibliográfica realizada, as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para o fortalecimento das práticas de alfabetização na Escola Santo Antônio, situada na Ilha do Combu, em Belém. A pergunta-problema — acerca de como o PIBID pode contribuir para a alfabetização em contexto ribeirinho — foi respondida de maneira consistente, na medida em que a literatura evidencia que o programa favorece planejamento colaborativo, aproximação entre teoria e prática e desenvolvimento de metodologias contextualizadas. Verificou-se que a inserção de bolsistas no cotidiano escolar amplia o repertório pedagógico, estimula práticas reflexivas e fortalece intervenções didáticas sensíveis às especificidades territoriais e culturais da comunidade.

Os objetivos específicos também foram contemplados ao longo da análise. Identificaram-se os principais desafios da alfabetização na educação ribeirinha, como limitações estruturais, dificuldades de acesso e necessidade de adequação curricular às realidades do campo e das águas. Compreendeu-se, ainda, o papel do PIBID na formação inicial docente e sua influência na qualificação das práticas alfabetizadoras. Por fim, discutiram-se estratégias pedagógicas que articulam currículo formal e saberes locais, evidenciando que a valorização da cultura ribeirinha e a adoção de metodologias ativas contribuem para tornar a alfabetização mais significativa e socialmente situada.

Como desdobramento, sugerem-se pesquisas futuras de natureza empírica, especialmente estudos de campo na própria Escola Santo Antônio, com observação participante e entrevistas com bolsistas, supervisores e alunos, a fim de aprofundar a compreensão dos impactos concretos do PIBID na aprendizagem. Também se recomenda investigar comparativamente outras escolas ribeirinhas da Amazônia, ampliando o escopo analítico para diferentes territórios. Tais investigações poderão consolidar evidências sobre a efetividade do programa em contextos tradicionais e contribuir para o aprimoramento de políticas públicas

voltadas à formação docente e à alfabetização em áreas amazônicas.

REFERÊNCIAS

ABIORANA, B. et al. **Educação inclusiva na era digital: desafios e oportunidades da gamificação**. 2025. DOI: https://doi.org/10.63330/livroautoral112025-023.

ANDRADE, A.; ALBUQUERQUE, B.; GARNELO, L.; HERKRATH, F. Vacinação contra a influenza autorreferida por idosos de áreas rurais ribeirinhas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 24, n. 3, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-22562021024.210094.

CARVALHO, R. et al. Neurociência e alfabetização: aplicações práticas no cotidiano escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 4, e8119, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv17n4-124.

CASTRO, J.; ARAÚJO, L. O conhecimento vem dos rios: as representações sociais do envelhecimento entre idosos ribeirinhos. **Ciencias Psicológicas**, 2020. DOI: https://doi.org/10.22235/cp.v14i2.2033.

CORREIA, E. Desafios e avanços na educação inclusiva. **Educação e Sociedade Moderna Narrativas Científicas**, v. 3, n. 27, p. 03-15, 2025. DOI: https://doi.org/10.56069/2676-0428.2025.630.

FAUSTO, M. et al. Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1605-1618, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.01112021.

FERREIRA, R. A inserção de tecnologias no currículo escolar: desafios e resistências docentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 10, p. 2412-2420, 2025a. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i10.21583.

FERREIRA, R. **A inserção de tecnologias no currículo escolar: desafios e resistências docentes**. 2025b. DOI: https://doi.org/10.63330/livroautoral142025-029.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MAIA, G. et al. **A interface entre alimentação e saúde infantil nas populações ribeirinhas e quilombolas**. 2023. DOI: https://doi.org/10.29327/5317381.1-11.

MENDES, P. et al. Integração entre tecnologias e metodologias ativas na Educação 4.0. **LEV**, v. 15, n. 42, p. 7124-7139, 2024. DOI: https://doi.org/10.56238/levv15n42-042.

MONTEIRO, A.; FERNANDEZ, J.; TEDESCO, M. A leitura literária na escola: desafios e estratégias para a formação de leitores proficientes. **Caderno Seminal**, n. 44, 2023. DOI: https://doi.org/10.12957/seminal.2023.72365.

MOURA, C. Educação inclusiva e inovação tecnológica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 4751-4759, 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i12.23431.

MUNGO, W. et al. As dificuldades enfrentadas por professores dentro do espaço escolar. **Revista Amor Mundi**, v. 5, n. 4, p. 69-77, 2024. DOI: https://doi.org/10.46550/amormundi.v5i4.453.

OLIVEIRA, S.; REZENDE, D.; CARNEIRO, R. Processos formativos de professores supervisores no âmbito do PIBID. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 982-998, 2021. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.1.14932.

RIBEIRO, M.; OLIVEIRA, R. Entre avanços e desafios: o caminho da educação brasileira rumo à equidade. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 5, e4650, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/oelv22n5-097.

ROCHA, V. et al. Acessibilidade nas instituições educacionais: desafios e possibilidades. **Renef**, v. 7, n. 11, p. 77-84, 2025. DOI: https://doi.org/10.46551/rn2025071100129.

SILVA, C. et al. A influência das atividades lúdicas no desenvolvimento infantil. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, e4342, 2024. DOI: https://doi.org/10.56083/rcv4n5-106.

SILVA, D. Alfabetização científica: incentivando o pensamento crítico nas escolas. **LEV**, v. 15, n. 43, p. 7934-7946, 2024. DOI: https://doi.org/10.56238/levv15n43-022.

SILVA, F. et al. Avaliação multiescala da Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 5, e4223, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv16n5-066.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, E.; CORTES, J. Transporte fluvial e desafios no acesso à saúde em comunidades ribeirinhas nas hidrovias Tapajós e Arapiuns. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 20, e2009, 2024. DOI: https://doi.org/10.14393/hygeia2068928.

TOMÉ, C.; SANTOS, M. Currículo em postagens virtuais. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 1, p. 58-71, 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n1.50920.